

ano 19 – n. 3 | set./dez. – 2022
Belo Horizonte | p. 1-242 | ISSN 1806-910X
R. de Dir. Empresarial – RDEmp

Revista de
DIREITO EMPRESARIAL

RDEmp

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Apresentação	7
--------------------	---

DOCTRINA

Apuração de haveres em dissolução de sociedade limitada: quem e quando paga?

Ivan Ludovice Cunha, Carlos Alberto Rohrmann	11
1 Introdução	12
2 A interpretação sistemática.....	13
3 Os artigos 604 e 609 do Código de Processo Civil.....	14
4 Breve revisão jurisprudencial	16
5 A opção dos sócios	17
6 Os juros	18
7 Conclusão	20
Referências	21

Parecer pericial preliminar no processamento da recuperação judicial

Rodrigo Almeida Magalhães, Walter Coelho de Moraes	25
1 Introdução	25
2 A recuperação judicial.....	26
3 Índices contábeis e de insolvência no processo da LRF.....	28
4 Em prol do aprimoramento do direito recuperacional	35
5 Conclusão	38
Referências	39

Exclusão extrajudicial de sócio minoritário: controvérsias sobre o quórum de deliberação

Amadeu Pedersoli Neto, Vinícius Jose Marques Gontijo	41
1 Introdução	41
2 Aspectos relevantes da exclusão extrajudicial de sócio minoritário em sociedades limitadas	43
2.1 A exclusão de sócio.....	43
2.2 Previsão legal	44
3 Quórum de deliberação em reunião ou assembleia	46
3.1 Cômputo do quórum de deliberação.....	46
3.2 Quórum de deliberação dos sócios votantes: maioria por capital ou maioria de sócios e capital?.....	48
3.2.1 Situações hipotéticas	51
4 Conclusão	52
Referências	53

A responsabilidade social dos negócios é aumentar seus lucros, por Milton Friedman: equívoco para a atualidade ou verdade insistente?

Jason Soares de Albergaria Neto, Rodrigo Otávio Alves Leite Martins	55
1 Introdução	55
2 A doutrina de Milton Friedman.....	57
2.1 Quem foi Milton Friedman?	57

2.2	O ensaio seminal de Milton Friedman: “A Responsabilidade Social dos Negócios é Aumentar seus Lucros”	58
2.3	O que pensam os defensores e opositores das ideias de Milton Friedman 50 anos depois.....	61
2.3.1	Defesa moderna de Milton Friedman.....	61
2.3.2	A defesa dos “stakeholders” em oposição a doutrina de Milton Friedman.....	62
3	A função social da empresa na realidade jurídica brasileira diante da doutrina de Milton Friedman	63
4	Conclusão	65
	Referências	66

Beyond Corporate Social Responsibility: the application of the United Nations (UN) Guiding Principles for Business and Human Rights

Patricia Almeida de Moraes, Marília Soares de Mattos	69
Introduction	69
1 Corporate Conduct and Ineffective Corporate Social Responsibility	70
2 The UN Guiding Principles on Business and Human Rights	73
3 Due Diligence on Human Rights.....	75
Conclusion.....	80
References	81

Dissolução parcial de sociedade anônima fechada: avanços e retrocessos no CPC/2015

Marcia Carla Pereira Ribeiro, Renan Matheus Nerone Lacerda	85
1 Introdução	85
2 As sociedades anônimas no direito brasileiro	86
3 A dissolução parcial no direito brasileiro	89
4 A dissolução parcial de sociedade anônima fechada	92
4.1 A evolução jurisprudencial.....	92
5 A positivação da dissolução parcial de sociedade anônima fechada no Código de Processo Civil de 2015.....	94
5.1 O artigo 599, §2º, do CPC/2015.....	94
6 A jurisprudência do STJ após a vigência do CPC/2015	95
6.1 O AgInt no AREsp nº 1861293/RS e o fim social.....	97
6.2 O AgInt no AREsp 1539920/RS e a legitimidade ativa	99
7 Considerações finais	100
Referências	102

A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados brasileira: breves considerações sob a ótica da Análise Econômica do Direito

Sthéfano Bruno Santos Divino, Ingrid Drumond Correia Alves	105
1 Introdução	105
2 <i>Big data</i> , tratamento de dados e economia informacional	107
3 Responsabilidade civil dos agentes privados no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	114
4 Aplicabilidade da responsabilidade civil sob a ótica da Análise Econômica do Direito	120
5 Conclusões.....	127
Referências	128

A recuperação judicial no âmbito do futebol: uma abordagem sob a perspectiva do sistema de precedentes do CPC/15

Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Geovanna Kethlin Ramos Ventura, Reginaldo de Oliveira Silva	131
1 Introdução	132
2 A filosofia de Ronald Dworkin, o sistema de precedentes e o pedido de recuperação judicial da SAF.....	133
3 O comportamento dos Tribunais nas decisões de mérito cujo objeto seja proposta de recuperação judicial de atividades do segmento do futebol	137
4 Considerações finais	142
Referências	144

A recuperação judicial e o Regime Centralizado de Execuções (RCE) dos clubes de futebol previsto na Lei nº 14.193/2021: análise comparativa

Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, Vitor Butruce	147
1 Introdução	147
2 Os instrumentos de gestão dos passivos dos clubes no contexto da aprovação da Lei nº 14.193, de 2021.....	148
3 Os principais contornos do Regime Centralizado de Execuções (RCE)	152
4 Os principais contornos da recuperação judicial	154
5 As principais semelhanças e distinções entre o RCE e a recuperação judicial	159
5.1 A legitimidade para requerer o RCE e a recuperação judicial	160
5.2 As dívidas sujeitas e os efeitos da instauração do procedimento	165
5.3 As distinções entre o plano de pagamento do RCE e o plano de recuperação judicial	168
5.4 A participação dos credores	171
5.5 Os diferentes papéis dos juízos da recuperação judicial e do RCE	173
5.6 Os auxiliares do juízo no RCE e na recuperação judicial	174
5.7 Os efeitos da aprovação e do descumprimento dos planos no RCE e na recuperação judicial.....	175
6 Conclusão	176
Referências	178

Empresa, interventores e responsabilidade civil

Marcelo Lauer Leite	181
1 Introdução	181
2 Pressupostos da responsabilidade civil aplicados	183
2.1 Nexo de causalidade	183
2.2 Dano	183
2.3 Culpa e voluntariedade	184
3 Excludentes da responsabilidade civil aplicados	186
3.1 Inexistência de nexo de causalidade.....	186
3.2 Licitude do dano	186
4 Reparação por danos causados pelo interventor judicial	187
4.1 O interventor enquanto agente público	187
4.2 Responsabilidade objetiva pelas condutas dos agentes públicos na Constituição..	188
4.2.1 A (incôscia?) contracorrente da responsabilidade subjetiva	190
4.2.2 Interventor judicial, condutas judiciais e responsabilidade objetiva	192
4.3 Responsabilidade objetiva e dano lícito	193
4.3.1 Objetivação da culpa em Justen Filho.....	194
4.3.2 Composição do dano em Bandeira de Mello	195
4.3.3 Etapas de aferição do dano em Schreiber	195

4.3.4	A babilônia pretoriana.....	195
4.3.5	O dano jurídico e sua aferição concreta.....	197
5	Considerações finais	202
	Referências	203

Os direitos da personalidade da pessoa jurídica

Alfredo de Assis Gonçalves Neto, Mariana Hofmann Fuckner	207	
1	Introdução	207
2	Os direitos da personalidade da pessoa jurídica no direito estrangeiro	208
2.1	Estados Unidos.....	209
2.2	Itália	211
2.3	Alemanha	213
2.4	França	215
2.5	Portugal.....	216
3	Os direitos da personalidade da pessoa jurídica no Brasil	217
3.1	O art. 52 do Código Civil	218
3.2	Associações e fundações	222
3.3	Entes sem personalidade jurídica	223
4	Os direitos da personalidade arrolados pelo Código Civil e sua aplicação às pessoas jurídicas	223
4.1	O nome das pessoas jurídicas	224
4.2	O direito à privacidade e aos dados pessoais.....	226
5	Conclusões.....	226
	Referências	227
	Normas Técnicas	231
	Normas Técnicas	235
	Technical Standards	239